



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
Conselho de Administração



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

CNPJ nº 43.776.517/0001-80

NIRE nº 35300016831

**EXTRATO DA ATA DA SEISCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2005, às 09:00 horas, por convocação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, em caráter ordinário, na forma do disposto no Artigo 15 do Estatuto Social, na sala de reuniões situada na Rua Bela Cintra, 847 – 10º andar, São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, senhores abaixo nomeados e assinados. ... Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho de Administração passou ao item III da pauta, “**Ratificar e fixar as condições aplicáveis à 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (a “8ª Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente), no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Companhia arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”)**”, e solicitou ao Diretor Presidente, Dalmo do Valle Nogueira Filho, e ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, a apresentação da matéria, o que foi feito com base na Deliberação de Diretoria nº 191/2005, de 17 de maio de 2005, e na Proposta ao Conselho de Administração nº 022/2005, de 18 de maio de 2005. Colocada a matéria em discussão e a seguir em votação, resultou **aprovada** por unanimidade a ratificação e a fixação das seguintes condições aplicáveis à 8ª Emissão:

- (a) Valor Total da Emissão: o valor total da emissão será de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais);
- (b) Número de Séries: A emissão será realizada em duas séries;
- (c) Data de Emissão: A data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2005 (a Data de Emissão);

110000

110000

- (d) Quantidade de Títulos: ~~serão emitidas~~ 600.000 (seiscentas mil) Debêntures, sendo 300.000 (trezentas mil) Debêntures da 1ª Série e 300.000 (trezentas mil) Debêntures da 2ª Série;
- (e) Aumento da Quantidade de Debêntures: de acordo com o que dispõe o parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, a quantidade de Debêntures de cada Série poderá, a critério da Companhia e sem a necessidade de alteração do registro concedido pela CVM ou de modificação dos termos da oferta, ser aumentada, até um montante que não exceda de 20% (vinte por cento) a quantidade de Debêntures de cada Série inicialmente requerida para registro na CVM, ou seja, em até 60.000 (sessenta mil) Debêntures da 1ª Série e em até 60.000 (sessenta mil) Debêntures da 2ª Série;
- (f) Valor Nominal Unitário: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário");
- (g) Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia;
- (h) Forma: as Debêntures serão nominativas e escriturais;
- (i) Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária;
- (j) Prazo e Vencimento: As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º (primeiro) de junho de 2009. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º (primeiro) de junho de 2011;
- (k) Remuneração: a partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme vier a ser definido na escritura de emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis; e a partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série da presente Emissão farão jus à remuneração que inclui a atualização do

JUL 05

01 05 05

Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do número-índice do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e juros remuneratórios de 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme vier a ser definido na escritura de emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis;

(l) Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios:

- (1) os valores relativos à remuneração da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º (primeiro) dos meses de junho e dezembro de cada ano; e
  - (2) os valores relativos à remuneração da 2ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, que deverá ocorrer na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série, ou seja, 1º (primeiro) de junho de 2011; e Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º (primeiro) do mês de junho de cada ano;
- (m) Amortização: Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será pago integralmente nas respectivas datas de vencimento das Debêntures;
- (n) Juros Moratórios e Multa: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança;
- (o) Vencimento Antecipado: Serão consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, podendo na sua ocorrência ser exigido o Valor Nominal Unitário de cada Debênture acrescido da remuneração e encargos, as seguintes:





- (1) pedido de concordata preventiva, de recuperação judicial, ou de auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Companhia;
- (2) liquidação ou decretação de falência da Companhia;
- (3) extinção ou dissolução da Companhia;
- (4) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias que vierem a ser previstas na escritura de emissão;
- (5) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Companhia;
- (6) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Companhia para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Companhia;
- (7) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto na hipótese da Companhia demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

requisitos:

110050

010000

- i. o patrimônio líquido da Companhia não será inferior ao patrimônio líquido da Companhia antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento);
  - ii. será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização;
  - iii. a Companhia não violará os índices financeiros que vierem a ser estabelecidos na escritura de emissão e no item 13 abaixo; e
  - iv. a receita operacional líquida da Companhia não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE), conforme apurado com base em demonstração financeira da Companhia pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); sendo que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) deste item são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não deverão vincular a livre deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas;
- (8) protestos legítimos e reiterados de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Companhia, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 horas de sua ocorrência;
- (9) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação não pecuniária que decorrer da escritura de emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (10) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de

11000

01000

inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da 8ª Emissão;

- (11) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). Esse limite será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Companhia;
- (12) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias que vierem a ser previstas na escritura de emissão;
- (13) não observância ou manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de junho de 2005, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Companhia:
  - i. *Liquidez Corrente Ajustada* superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Companhia;
  - ii. *EBITDA / Despesas Financeiras* igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de



ANEXO

ANEXO

apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Companhia das obrigações deste item somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 2 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses;

- (p) Registro para Colocação e Negociação: as Debêntures serão colocadas no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), e registradas para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela "ANDIMA", e operacionalizado pela CETIP e no Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- (q) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, serão pagos por meio do Banco Mandatário da 8ª Emissão;
- (r) Delegação de Poderes aos Diretores: ficam ratificados os poderes da Diretoria para contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, os serviços de agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, agências de classificação de risco, entre outros, bem como para celebrar a escritura de emissão, e seus aditivos, e o Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas



REUNIÃO

DE


Séries, da 8ª Emissão da Companhia, assinar todos os documentos e, ainda, praticar todos os atos necessários para esse fim;


- (s) Retificação de Deliberações Anteriores. As decisões aqui tomadas pelo Conselho de Administração retificam as deliberações feitas na Reunião do Conselho de Administração nº 634, em 28 de abril de 2005, no que diz respeito à 8ª Emissão.

Para o desenvolvimento da operação apresentada neste ato, o total de despesas gerais, exceto comissões aos Bancos Coordenadores, foi fixado em até R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Esta ata, depois de aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes. Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente, Fernando Carvalho Braga, Alexander Bialer, Daniel Sonder, Fernando Maida Dall'Acqua, Gustavo de Sá e Silva, Maria Helena Guimarães de Castro e Martus Tavares.

São Paulo, 19 de maio de 2005.

  
Mauro Guilherme Jardim Arce  
Presidente do  
Conselho de Administração

  
Ligia Ourives da Cruz Ferreira  
Secretária do  
Conselho de Administração



JUCESP